



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ASSENTAR PARA FORTALECER: A REFORMA AGRÁRIA COMO ESTRATÉGICA AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO PRONAF NO ESTADO DE SÃO PAULO

Carolina Rios Thomson¹

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo²

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no IFCH/Unicamp. Email: carolina.thomson@yahoo.com.br

² Professora Dra. na Feagri/Unicamp. E-mail: vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br

³ Professora. Colaboradora Feagri/Unicamp; Bolsista Produtividade em Pesquisa, CNPq e Bolsista do Programa Nacional de Professor Visitante Sênior – PNPVS da CAPES, junto à UFSCar-Araras. E-mail: soniaberga@yahoo.com



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A partir da década de 1990, devido às reivindicações e mobilizações de movimentos sociais do campo, iniciou-se um processo de apoio e reconhecimento da agricultura familiar brasileira com a implantação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este trabalho trata de uma análise, baseada em dados secundários, dos valores aportados pelo programa em 92 municípios do estado de São Paulo (Brasil) nos quais existem assentamentos da Reforma Agrária. Para fins comparativos, foram levantados os valores relativos aos 620 municípios paulistas em que houve contratação do Pronaf entre janeiro de 2013 e dezembro de 2016. Os valores totais acessados em cada município foram organizados na forma de *Ranking*, do maior para o menor. Em paralelo, os 92 municípios paulistas em que há assentamentos da Reforma Agrária também foram organizados em lista decrescente, com base no critério de maior quantidade de famílias assentadas para a menor quantidade. Os dados foram então cruzados, a partir do cálculo do valor médio de recursos do Pronaf aportado nos conjuntos dos 15, 30, 45, 60 e 75 municípios com maior quantidade de famílias assentadas e, também, no total de 92 municípios com assentamentos da Reforma Agrária. O mesmo procedimento foi aplicado para o cálculo da quantidade média de contratos e para seus valores médios. Por fim, foram relacionadas a média de famílias assentadas nos municípios dos conjuntos analisados à posição média que ocupam no *Ranking* dos 620 municípios em que houve contratação do Pronaf. Os resultados demonstraram que nos conjuntos de municípios em que há maior concentração de famílias assentadas da Reforma Agrária, o acesso a recursos do Pronaf se revelou maior, assim como a quantidade de contratos. Por outro lado, o valor médio dos contratos se revelou menor na mesma medida em que é maior a quantidade média de famílias assentadas. Este último resultado demonstra a contribuição da Reforma Agrária para a desconcentração de recursos do Programa e maior acesso de agricultores menos capitalizados às linhas de crédito disponíveis. Por fim, ao comparar a média de famílias assentadas nos conjuntos analisados à média de seus posicionamentos no *Ranking* dos 620 municípios que acessaram o



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Pronaf no estado de São Paulo, temos que quanto maior a quantidade média de famílias assentadas, melhor o desempenho médio dos municípios em relação ao recebimento de recursos do Pronaf no estado. A partir desta análise, concluímos que a Reforma Agrária no Estado de São Paulo contribui para a ampliação e fortalecimento do Pronaf, por ter o público da Reforma Agrária revelado importante influência nos números de acesso e alocação de recursos nos municípios analisados. Conclui-se que o diálogo entre políticas agrícolas e fundiárias se torna fundamental e estratégico para um modelo de desenvolvimento rural baseado no fortalecimento da agricultura familiar e combate à desigualdade sócio econômica no campo brasileiro.

ABSTRACT

Since the 1990s, due to demands and mobilizations from rural social movements, a recognition process of family farming began through the implementation of Pronaf (National Program for Strengthening Family Farming) in Brazil. This paper is based on the analysis of secondary data from 92 municipalities of the state of São Paulo (Brazil) in which Agrarian Reform settlements exist and funds from Pronaf have been accessed. For comparative purposes, also the figures from the 620 municipalities in which Pronaf was contracted in São Paulo were analyzed. The data is from January 2013 to December 2016. The total values accessed in each of the 620 municipalities were ranked, from the highest to the lowest. Also, the 92 municipalities in São Paulo with Agrarian Reform settlements have also been ranked in a decreasing list from the greater number of families settled to the smallest amount. Data were then crossed, based on the average value of resources in the sets of 15, 30, 45, 60 and 75 municipalities with larger number of settled families and in the totality of 92 municipalities with Agrarian Reform settlements. The same procedure was used to calculate the average number of contracts and their average values. Finally, the Ranking of the 620 municipalities in which Pronaf was accessed has been analyzed taking into account the presence or not of Agrarian Reform settlements. The results showed that in the sets of municipalities where there is a greater concentration of Agrarian Reform families, the access to Pronaf resources is higher, as is the number of contracts. On the other hand, the average value of



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

contracts per municipality was lower as the average number of settled families increased. This result demonstrates the contribution of Agrarian Reform to the deconcentration of the program's resources and to increase access of less capitalized farmers to credit. Finally, the Ranking of the 620 municipalities in the state of São Paulo in which Pronaf is accessed revealed that the greater the average number of families settled in a municipality, the greater volume of resources is accessed. From this analysis, we conclude that the Agrarian Reform in the State of São Paulo contributes to the expansion and strengthening of the Pronaf, since the Agrarian Reform public revealed an important influence on the numbers of access and allocation of resources. Therefore the dialogue of public policies becomes fundamental and strategic for a model of rural development based on the strengthening of family farming and fighting socioeconomic inequality in Brazilian rural areas.

Palavras-chave

Pronaf, agricultura familiar, assentamento rural.

Keywords

Pronaf, family farming, rural settlement

I. Introdução

A agricultura familiar consolidou-se como ator social e político no Brasil durante a década de 1990, fruto das reflexões de movimentos sociais do campo e intelectuais da questão agrária no país. Uma das consequências deste processo no campo político foi a implementação de um conjunto de programas de políticas públicas voltadas especificamente a este público.

No campo institucional seu reconhecimento se deu, especialmente, a partir dos estudos realizados pela Fao (Food and Agriculture Organization) em conjunto com o Inra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no início dos anos 1990. Os resultados desses estudos foram publicados num relatório em 1994 que abordava as "Diretrizes de Política



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Agrária e Desenvolvimento Sustentável”. No mesmo ano, ocorreu a criação do Provape (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Antes do Provape, o agricultor familiar era considerado como mini produtor para ser considerado apto ao enquadramento no Manual de Crédito Rural (MCR). Nesta condição, encontrava-se em duas situações conflitantes, pois de um lado era obrigado a disputar crédito com os grandes produtores e, de outro lado, se via obrigado a seguir uma rotina mais adequada ao perfil dos grandes e médios produtores para adquirir crédito junto às instituições financeiras (BELIK, 2000). Estas condicionalidades se consolidaram especialmente ao longo do período da modernização da agricultura brasileira na década de 1970, na qual a políticas agrícolas privilegiaram, sobretudo, produtores de café, cana de açúcar e cacau, bem como explorações agrícolas destinadas à exportação ou de interesse agroindustrial (algodão, parte da pecuária bovina, aves, tabaco, tomate, laranja, milho, cana de açúcar para a produção de álcool e setor florestal) e o setor tritícola e de arroz irrigado do sul do Brasil (MÜLLER, 1989).

Dois anos após o lançamento do Provape, em 1996, o primeiro programa de política pública direcionada à agricultura familiar foi criado: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O novo termo, agricultura familiar, passou a ser considerado uma superação à referência “pequenos agricultores”, comumente utilizada anteriormente. A desvinculação à pequenez da propriedade e à escala da produção foi uma estratégia tanto para afastar estes atores da linguagem hierárquica e produtivista típica do projeto de desenvolvimento rural da modernização agrícola, como para pautar suas singularidades em relação aqueles produtores considerados médios e grandes.

Criado por meio do decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf passou a ser o primeiro instrumento que definiu as condicionalidades para o enquadramento de agricultores familiares. Esse Programa emergiu com o objetivo de fornecer crédito e apoio institucional aos agricultores familiares que até então eram excluídos, ou enfrentavam consideráveis dificuldades no acesso às políticas públicas existentes. Dez anos depois após a criação do Pronaf, a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que representou mais um importante



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

avanço na consolidação da agricultura familiar no campo político e institucional. A partir de então, a legislação vigente considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que, simultaneamente: i) detenha a título de propriedade até 4 (quatro) módulos fiscais, sendo a área do módulo definida por município; ii) no estabelecimento em questão a mão-de-obra seja predominantemente da própria família; iii) que um percentual mínimo (modificada pela Lei nº 12.512, de 2011) advindo da renda familiar origine-se de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento - para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf o estabelecido é 30%; iv) que a gestão do estabelecimento ou empreendimento seja familiar.

Inicialmente o Pronaf contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio⁴; a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o Pronaf passou a operar de forma integrada em todo território nacional (SOUZA-ESQUERDO e BERGAMASCO, 2014). Desde então, o Programa se expandiu em relação ao número de beneficiários, devido tanto ao crescimento dos recursos financeiros disponibilizados e aplicados, como à criação de novas linhas de crédito específicas que buscaram viabilizar uma maior diversidade de beneficiários da agricultura familiar, tais como silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas (a partir da Lei nº 12.512, de 2011), integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (a partir da Lei nº 12.512, de 2011). Além destas, foram criadas linhas específicas para mulheres e jovens rurais. Para o Plano Safra de 2017/2018, o volume de recursos disponíveis para a agricultura familiar foi de US\$ 9,5 bilhões.

As mudanças ocorridas no Pronaf contribuíram para a abrangência maior do Programa em termos nacionais, porém ainda permanece recorrente a limitação quanto à distribuição regional de recursos, bem como o acesso aos mesmos entre os diversos segmentos da agricultura familiar. A fim de comprovar essa tese, Aquino (2009) realizou um estudo sobre o

⁴ Refere-se aos recursos que são destinados ao financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização, conforme projetos específicos ou propostas de financiamento. (Brasil/Banco Central do Brasil, 2017).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Pronaf desde a sua criação até 2008. Nesse estudo o autor revela o caráter desigual do Pronaf no que tange à distribuição dos recursos nas regiões do país e nos segmentos de agricultores familiares. Em pesquisa realizada por Souza-Esquerdo e Bergamasco (2015) também foi verificada a tendência da região sul do país na concentração dos recursos, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul. No período de 2003/2004 a 2011/2012, esse estado foi o que mais recebeu recursos, tanto para a modalidade custeio quanto para a modalidade investimento.

De acordo com Aquino (2009), a região Nordeste, que concentra praticamente metade dos 4,1 milhões dos estabelecimentos familiares do país, só conseguiu ganhar espaço na repartição do crédito subsidiado a partir de 2004, quando passou à frente da região Sudeste, mas, ainda em 2007, voltou a perder novamente posição no ranking nacional.

Apesar das modificações que o Pronaf teve ao longo dos anos no intuito de melhorar e facilitar o seu acesso pelos diversos segmentos de agricultores familiares, o Programa permanece refém da lógica bancária que rege a distribuição de crédito, qual seja, o agricultor mais capitalizado ainda desfruta de maior participação nos recursos públicos. Isto significa que, mesmo tratando-se de um programa de crédito cujo objetivo principal seria o fortalecimento de toda diversidade de agricultores familiares brasileiros, os recursos do Pronaf continuam limitados ao segmento menos capitalizado da agricultura familiar. (Cardozo, Muniz e Nascimento, 2012).

Neste sentido, o Pronaf ainda não pode ser considerado bem-sucedido na superação da lógica de distribuição de recursos, que prefere aqueles com maior capacidade de garantir segurança de pagamento dos empréstimos realizados pelos bancos. No relatório institucional do Pronaf (2002), inclusive, consta que as instituições bancárias, mesmo as públicas, acabam adotando lógicas similares às privadas, os bancos são pouco adequados para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada de empréstimos.

Assim, apesar de representar a primeira grande conquista da agricultura familiar no que tange às políticas públicas não há consenso sobre os impulsos que esse programa pode causar quanto à melhoria de renda e de vida dos agricultores. Pesquisas que avaliam o Pronaf mostraram que o programa apresenta resultados positivos, mas também negativos, tendo alguns



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estudos que chegam a demonstrar inclusive o agravamento na situação financeira dos beneficiários em relação aos não beneficiários (GUANZIROLI, 2007).

Apesar dos problemas verificados em relação ao Pronaf, é indiscutível que o Programa é a legitimação da importância de uma política de crédito e de fortalecimento para a agricultura familiar brasileira, ator social este historicamente marginalizado na formação do Brasil rural. Neste sentido, a maioria dos estudos relacionados ao Pronaf ressaltam inquestionáveis efeitos positivos do Programa ao desenvolvimento rural brasileiro defendido pelos movimentos sociais do campo representantes da agricultura familiar, como a contribuição para a melhoria das condições de produção, colaborando para o aumento na oferta de alimentos e o incremento da produtividade de alguns produtos, a geração e a ocupação de empregos, que se refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

II. Marco conceitual

Neste trabalho, buscamos contribuir para o debate acerca do alcance do Pronaf especificamente no estado de São Paulo. Este é um estado fortemente caracterizado pela predominância do Agronegócio nas relações econômicas e sociais no meio rural, no qual, no entanto, há também importante presença da agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009) havia no estado de São Paulo 151.015 propriedades de agricultura familiar, representando 66,3% do total dos estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 2,5 milhões de hectares (15% das propriedades). A agricultura familiar paulista é responsável por 15,7% do valor gerado para a produção de hortaliças e frutas. Possui importância também na produção de produtos básicos da alimentação da população, sendo responsável por $\frac{1}{3}$ da produção de feijão e $\frac{1}{4}$ da produção de arroz.

Por Agronegócio, entendemos um conjunto de atores que representam o grande empresariado rural, os conglomerados da agroindústria alimentar, o capital financeiro e agentes políticos da denominada Bancada Ruralista (BRUNO, 2014). Em relação ao seu modelo produtivo



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

característico, este é caracterizado por técnicas industriais de produção baseadas, sobretudo, na monocultura em larga escala, na decorrente dependência do emprego de altos níveis de insumos agroquímicos e no trabalho assalariado, sazonal ou não. No estado de São Paulo, as três principais produções agropecuárias, que representam mais de 70% do valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual, são caracterizadas por este modelo, sendo estas a cana-de-acúcar (1º lugar), a pecuária de corte (2º lugar) e a laranja (3º lugar) (IBGE, 2011). Assim, analisar a abrangência do Pronaf no estado de São Paulo permite também avaliar em que medida a Agricultura Familiar se faz resistente em um território marcado pelo Agronegócio.

Cabe ressaltar que a agricultura familiar, por outro lado, é caracterizada por um modelo produtivo, organização do trabalho e relação com o espaço rural diferentes do proposto pelo Agronegócio, por serem suas propriedades tipicamente baseadas na produção diversificada, no trabalho familiar e pelo fato de que as famílias percebem a propriedade como espaço de moradia e de trabalho. É importante ressaltar que os dois atores sociais aqui diferidos, o Agronegócio e a Agricultura Familiar, são utilizados nos estudos do meio rural tanto para identificar dois modos de relação com a terra e com o trabalho distintos, mas também representam dois projetos de desenvolvimento rural divergentes e, assim, permitir o melhor entendimento dos discursos e estratégias de seus representantes na sociedade brasileira. Diversos estudos, como os de Wanderley (2003) e Brandão (1999), vêm se dedicando ao entendimento dos sentidos atribuídos pelos agricultores familiares à terra, à família e ao trabalho, centrando em seus objetivos e modos de vida a principal diferenciação entre o Agronegócio e a Agricultura Familiar.

Cabe frisar que na realidade concreta, há, no entanto, aproximações diversas entre esses dois modelos, facilmente identificáveis na realidade paulista. Podemos citar como exemplos típicos destas convergências os arrendamentos de propriedades consideradas familiares para culturas voltadas às grandes empresas da agroindústria canavieira, madeireira e alimentícia, bem como o recorrente emprego de insumos agroquímicos e sementes geneticamente modificadas.

É neste cenário de diversidade, aproximações e distanciamentos que estão inseridos os assentamentos rurais da Reforma Agrária. De acordo com o relatório “Avaliação da Situação de



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo - Fatores de sucesso ou insucesso”, publicado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os assentamentos correspondem à maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar do estado de São Paulo e, por esta razão, são fundamentais à presença e manutenção da agricultura familiar em seu território. Desta forma, este trabalho teve por objetivo verificar se há relação entre a presença de famílias assentadas nos municípios paulistas e o acesso ao Pronaf, foram analisados o volume de recursos acessados, contratos e valores médios dos contratos do programa em todos os municípios paulistas em que há famílias assentadas da Reforma Agrária.

III. Metodologia

A pesquisa se baseou na análise do volume de crédito e quantidade de contratos do Pronaf nos 92 municípios em que há famílias assentadas da Reforma Agrária no estado de São Paulo. Os dados referentes ao Pronaf foram acessados por meio da Base de Dados do Banco Central do Brasil, os quais se referem ao período de janeiro de 2013 a dezembro de 2016. Os dados relacionados à Reforma Agrária foram acessados por meio da Base de Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e encontram-se no relatório de Assentamentos Rurais de 2016. Importante ressaltar que tais dados incluem assentamentos estaduais e federais.

Na base de Dados do Banco Central consta quem em 620 municípios paulistas houve contratação do Pronaf no período analisado. Os municípios foram então organizados na forma de *ranking*, do maior para o menor volume total de recursos do Pronaf acessado no município.

Em paralelo, os municípios paulistas em que há famílias assentadas da Reforma Agrária também foram organizados em lista decrescente, com base no critério de maior quantidade de famílias assentadas para a menor quantidade. Foram então organizados em 6 grupos, que correspondem aos 15, 30, 45, 60 e 75 municípios com maior quantidade de famílias assentadas e, por fim, ao total de 92 municípios com assentamentos da Reforma Agrária. Em cada um destes grupos foi calculado o valor médio de recursos do Pronaf acessado nos municípios, bem como a



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

quantidade média e os valores médios dos contratos.

Uma última análise relacionou a média de famílias assentadas em cada grupo à média das posições que ocupam seus municípios no *ranking* dos 620 municípios em que houve contratação do Pronaf.

IV. Análise e discussão dos dados

Os dados detalhados de cada um dos 92 municípios, contendo a quantidade de famílias assentadas, os valores totais do Pronaf, a quantidade de contratos e o valor médio dos contratos encontram-se em anexo. Para este trabalho, se faz interessante ressaltar que o município Mirante do Paranapanema ocupa a 1º colocação no *ranking* dos 620 municípios em que foram acessados recursos do Pronaf no estado de São Paulo e é, também, o município com a maior quantidade de famílias assentadas no estado de São Paulo. Segundo os dados analisados, no município encontram-se 1.574 famílias assentadas da Reforma Agrária e, no período analisado, foram alocados cerca de UU\$ 20,57 milhões em contratos do Pronaf.

Para a análise proposta relativa aos 92 municípios, estes foram agrupados nos 15, 30, 45, 60 e 75 municípios com maior quantidade de famílias assentadas e, por fim, no total de 92 municípios com assentamentos da Reforma Agrária. Na tabela 1, podem ser observadas a quantidade média de famílias assentadas em cada um dos grupos.

Tabela 1. Média de famílias assentadas por grupo.

Grupo	Média de famílias assentadas da RA
15 municípios com mais famílias assentadas da RA	630
30 municípios com mais famílias assentadas da RA	441
45 municípios com mais famílias assentadas da RA	337
60 municípios com mais famílias assentadas da RA	272
75 municípios com mais famílias assentadas da RA	226
Todos os 92 municípios com famílias assentadas da RA	188

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017; INCRA, 2016. Elaboração das autoras, 2017.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

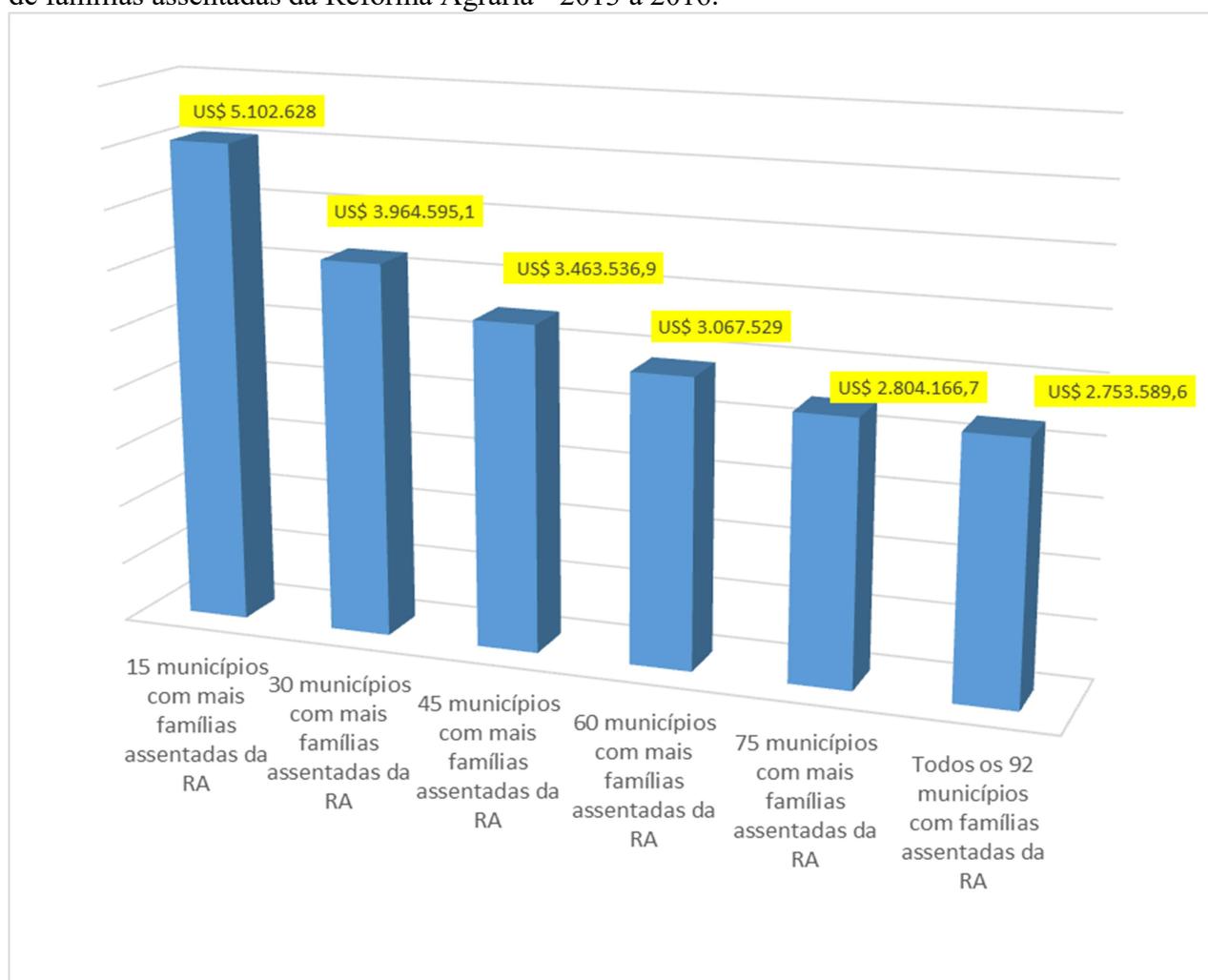
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Na figura 1, pode ser observado o valor médio de recursos do Pronaf por município, de acordo com o grupo analisado.

Figura 1. Valor médio de recursos do Pronaf acessado por município, de acordo com a quantidade de famílias assentadas da Reforma Agrária - 2013 a 2016.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017; INCRA, 2016. Elaboração das autoras, 2017.

Como pode ser observado na figura 1, os dados demonstram que na medida em que decai a quantidade de famílias assentadas da Reforma Agrária nos municípios analisados, decai também o valor médio dos recursos do Pronaf acessado por município. A diferença entre o grupo de 15



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

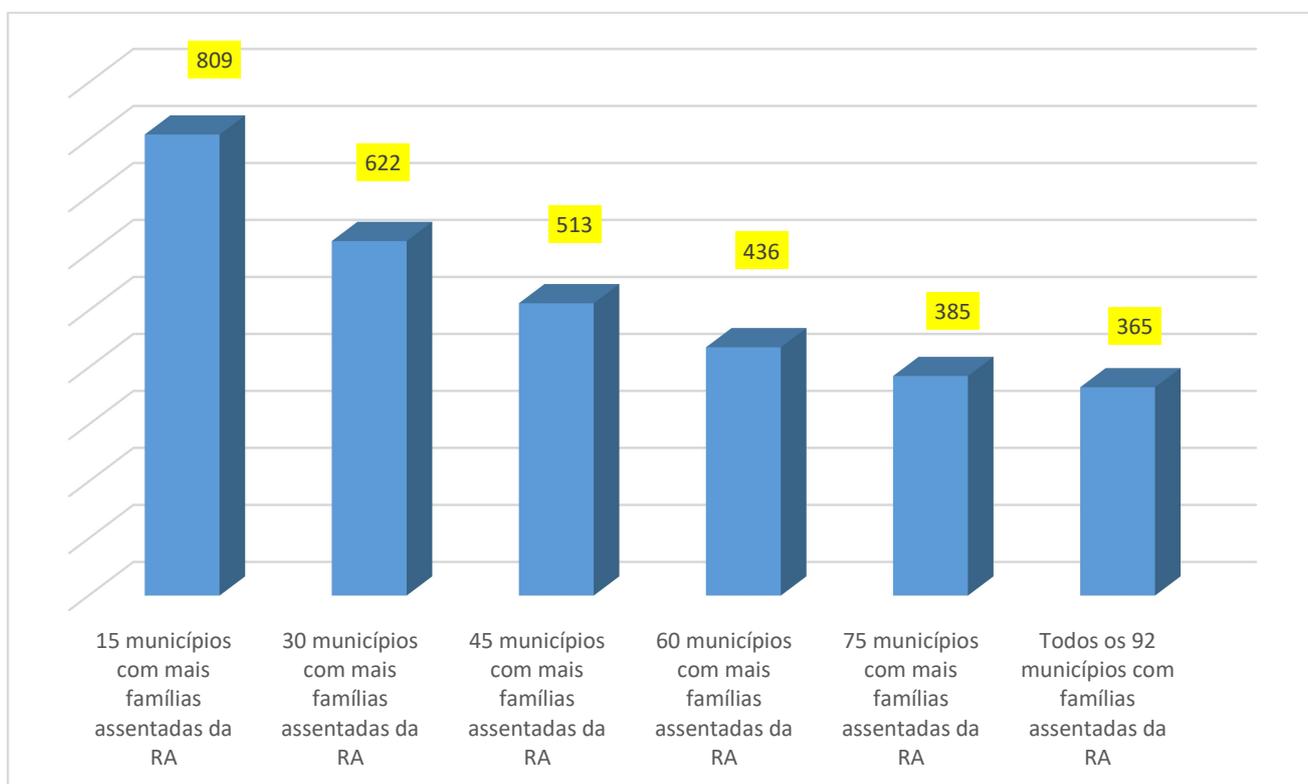
Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

municípios com maior quantidade de famílias assentadas da Reforma Agrária e todo o conjunto de municípios analisados representa uma queda aproximada de 50% no valor total.

A figura 2 demonstra a quantidade média de contratos do Pronaf nos grupos analisados.

Figura 2. Quantidade média de contratos do Pronaf nos municípios com famílias assentadas da Reforma Agrária no estado de São Paulo - 2013 a 2016



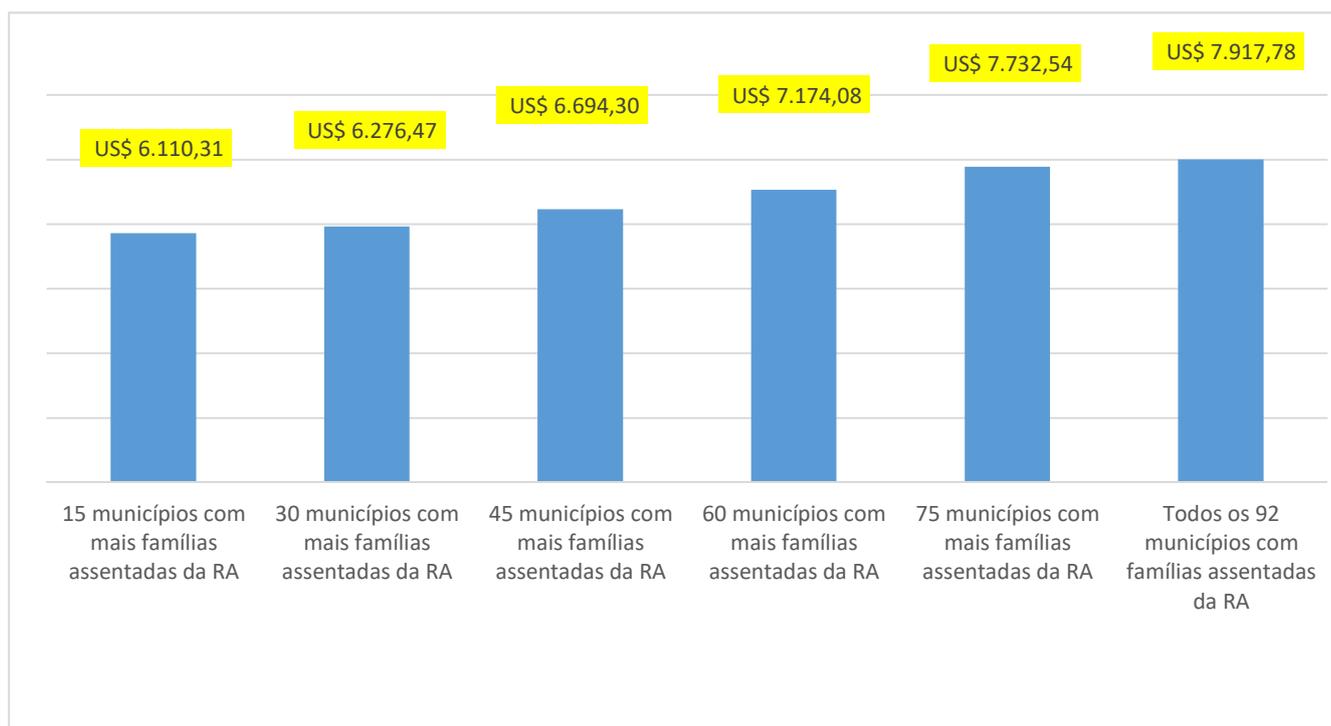
Fonte: Banco Central do Brasil, 2017; INCRA, 2016. Elaboração das autoras, 2017.

A figura 2 confirma a tendência observada em relação ao volume de recursos do Pronaf na figura 1. O quão maior a quantidade de famílias assentadas da Reforma Agrária, maior a quantidade de contratos.

A figura 3 apresenta o valor médio dos contratos do Pronaf nos grupos analisados.



Figura 3. Valor médio por contrato do Pronaf nos municípios com famílias assentadas da Reforma Agrária no estado de São Paulo - 2013 a 2016.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017; INCRA, 2016. Elaboração das autoras, 2017.

A figura 3 revela um dado especialmente relevante: a presença de maior número de famílias assentadas nos municípios, apesar de concentrar maior quantidade de recursos e de contratos (como visto anteriormente), tende a diminuir o valor médio por contrato. Isto significa que a maior presença de famílias assentadas tende a viabilizar linhas de crédito para agricultores menos capitalizados, que é um dos principais objetivos das recentes inovações e ampliações nas linhas de crédito do Programa.

A figura 4 apresenta a média do número de famílias assentadas em cada um dos grupos analisados e, também, a média do posicionamento do grupo no *ranking* dos recursos do Pronaf acessado por 620 municípios paulistas entre 2013 e 2016. A média foi calculada a partir do posicionamento de cada um dos municípios que compõem o grupo no *ranking* mencionado.



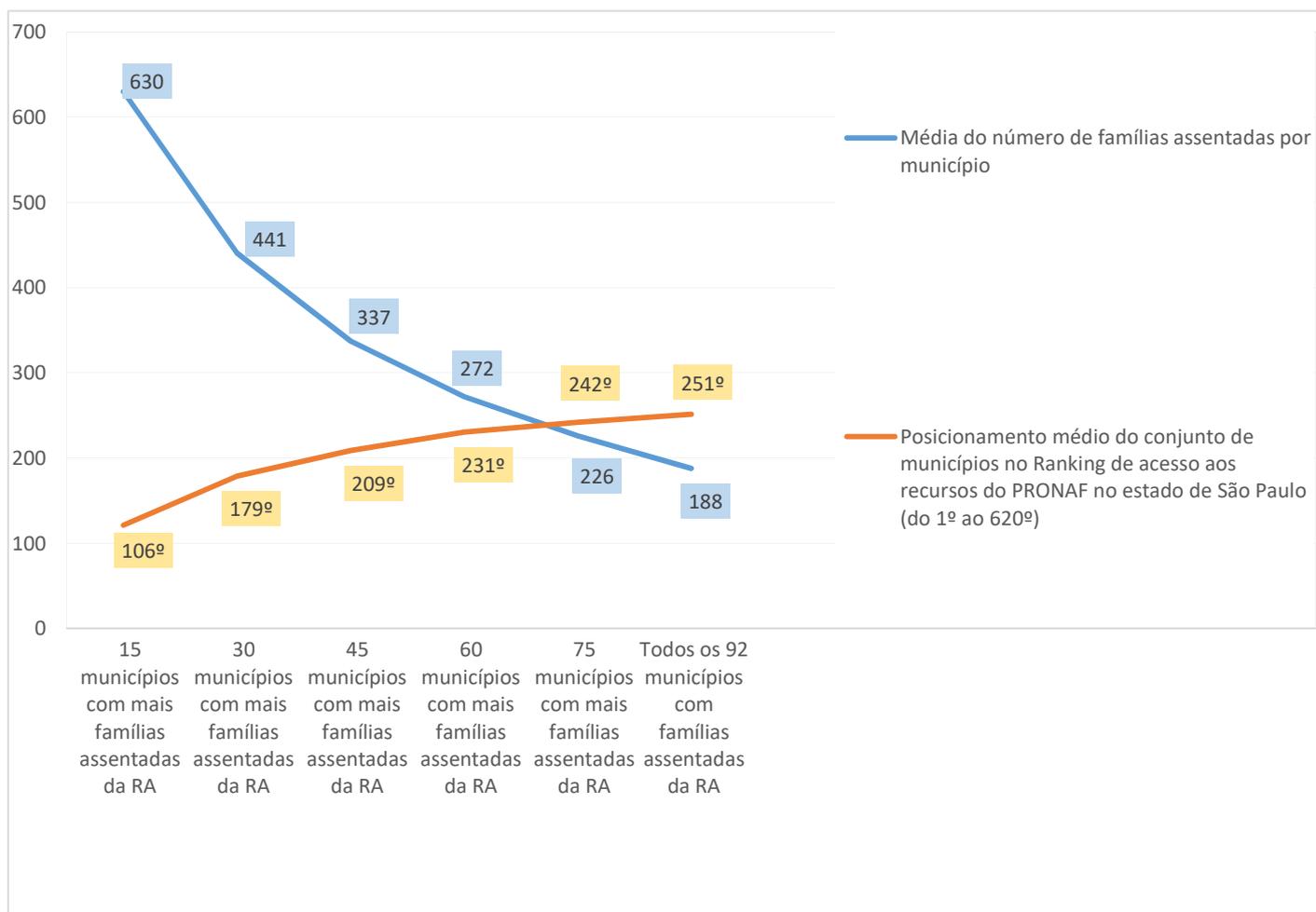
XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura 4. Média do número de famílias assentadas da Reforma Agrária x Posição no Ranking de acesso a recursos do Pronaf no estado de São Paulo – 2013 a 2016



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017; INCRA, 2016

A figura 4 demonstra que uma maior quantidade média de famílias assentadas influencia positivamente o posicionamento do grupo analisado no *ranking* de acesso aos recursos do Pronaf no estado de São Paulo. Importante ressaltar que o *ranking* inclui os 620 municípios em que foram acessados recursos do Pronaf, portanto, mesmo quando calculado o posicionamento médio no pior dos cenários, em que a média de famílias assentadas é de 188, o desempenho médio dos municípios com famílias assentadas da Reforma Agrária permanece acima da mediana do mencionado *ranking*.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Os resultados demonstraram que nos conjuntos de municípios em que há maior concentração de famílias assentadas da Reforma Agrária, o acesso a recursos do Pronaf se revelou maior, assim como a quantidade de contratos. Por outro lado, o valor médio dos contratos se revelou menor na mesma medida em que é maior a quantidade média de famílias assentadas. Este último resultado demonstra a contribuição da Reforma Agrária para a desconcentração de recursos do Programa e maior acesso de agricultores menos capitalizados às linhas de crédito disponíveis.

Por fim, ao comparar a média de famílias assentadas nos conjuntos analisados à média de seus posicionamentos no *ranking* dos 620 municípios que acessaram o Pronaf no estado de São Paulo entre 2013 e 2016, temos que quanto maior a quantidade média de famílias assentadas, melhor o desempenho médio dos municípios em relação ao recebimento de recursos do Pronaf.

A partir desta análise, concluímos que a Reforma Agrária no Estado de São Paulo contribuiu para a ampliação e fortalecimento do Pronaf, por ter o público da Reforma Agrária revelado importante influência nos números de acesso e alocação de recursos nos municípios analisados. Conclui-se que o diálogo entre políticas agrícolas e fundiárias se torna fundamental e estratégico para um modelo de desenvolvimento rural baseado no fortalecimento da agricultura familiar e combate à desigualdade sócio econômica no campo brasileiro.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Anexo 1. Tabela de dados detalhados.

	Nome do Município	Quantidade de famílias assentadas	Posicionamento no Ranking de acesso a recursos do PRONAF o estado de São Paulo entre 2013 e 2016	Número de contratos no município	Valor total	Valor médio dos contratos
1	MIRANTE DO PARANAPANEMA	1574	1	3.087	R\$ 65.646.659,40	R\$ 21.265,52
2	CASTILHO	961	216	448	R\$ 5.728.147,34	R\$ 12.786,04
3	TEODORO SAMPAIO	904	33	788	R\$ 17.390.794,75	R\$ 22.069,54
4	PROMISSÃO	874	19	1.005	R\$ 22.176.945,44	R\$ 22.066,61
5	ROSANA	758	90	660	R\$ 10.961.820,06	R\$ 16.608,82
6	ANDRADINA	580	212	193	R\$ 5.790.614,78	R\$ 30.003,19
7	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	500	42	757	R\$ 16.435.837,71	R\$ 21.711,81
8	RIBEIRÃO PRETO	473	226	738	R\$ 5.393.357,27	R\$ 7.308,07
9	IARAS	444	422	170	R\$ 1.948.021,96	R\$ 11.458,95
10	CAIUÁ	443	13	1.247	R\$ 27.199.786,90	R\$ 21.812,18
11	ARAÇATUBA	406	66	674	R\$ 13.276.411,12	R\$ 19.697,94
12	ARARAQUARA	404	183	401	R\$ 6.613.849,24	R\$ 16.493,39
13	MIRANDÓPOLIS	383	41	655	R\$ 16.620.442,10	R\$ 25.374,72
14	PRESIDENTE VENCESLAU	374	20	1.062	R\$ 21.534.213,33	R\$ 20.277,04
15	BAURU	370	236	249	R\$ 5.155.329,50	R\$ 20.704,13
16	MOGI DAS CRUZES	337	44	506	R\$ 16.249.387,96	R\$ 32.113,41
17	PRESIDENTE EPITÁCIO	337	4	2.165	R\$ 42.100.095,95	R\$ 19.445,77
18	PRADÓPOLIS	297	478	126	R\$ 1.252.746,46	R\$ 9.942,43
19	PEREIRA BARRETO	290	142	459	R\$ 8.050.821,53	R\$ 17.539,92
20	ILHA SOLTEIRA	285	357	119	R\$ 2.844.039,45	R\$ 23.899,49
21	PRESIDENTE BERNARDES	260	51	845	R\$ 14.958.800,07	R\$ 17.702,72
22	MARABÁ PAULISTA	257	68	585	R\$ 12.989.442,66	R\$ 22.204,18
23	MURUTINGA DO SUL	257	370	123	R\$ 2.677.592,08	R\$ 21.769,04
24	ITAPURA	230	443	107	R\$ 1.741.778,68	R\$ 16.278,31
25	GUARAÇÁI	225	339	131	R\$ 3.223.364,61	R\$ 24.605,84
26	ITABERÁ	223	105	524	R\$ 9.486.343,44	R\$ 18.103,71
27	ITAPEVA	212	161	301	R\$ 7.366.909,12	R\$ 24.474,78
28	SANDOVALINA	193	386	154	R\$ 2.368.280,05	R\$ 15.378,44
29	MOTUCA	191	420	137	R\$ 1.994.391,07	R\$ 14.557,60
30	GUARANTÃ	178	179	244	R\$ 6.679.306,50	R\$ 27.374,21
31	IPERÓ	178	378	114	R\$ 2.490.413,30	R\$ 21.845,73
32	RANCHARIA	176	50	685	R\$ 14.979.361,86	R\$ 21.867,68
33	RESTINGA	158	365	119	R\$ 2.764.237,09	R\$ 23.228,88
34	SUZANÁPOLIS	152	292	173	R\$ 4.027.183,51	R\$ 23.278,52
35	TREMEMBÉ	142	471	100	R\$ 1.338.635,91	R\$ 13.386,36
36	AGUDOS	132	269	168	R\$ 4.440.713,17	R\$ 26.432,82
37	DESCALVADO	132	195	294	R\$ 6.260.656,99	R\$ 21.294,75
38	SÃO SIMÃO	124	510	46	R\$ 851.950,47	R\$ 18.520,66
39	MARTINÓPOLIS	122	74	519	R\$ 12.185.271,07	R\$ 23.478,36
40	PAULICÉIA	117	449	115	R\$ 1.619.467,36	R\$ 14.082,32
41	GÁLIA	112	411	88	R\$ 2.078.685,24	R\$ 23.621,42
42	ITAPETININGA	111	6	1.061	R\$ 37.269.995,60	R\$ 35.127,23
43	LIMEIRA	104	73	392	R\$ 12.249.407,66	R\$ 31.248,49
44	CABRÁLIA PAULISTA	100	404	62	R\$ 2.150.650,61	R\$ 34.687,91
45	ARARAS	99	77	482	R\$ 11.968.382,33	R\$ 24.830,67



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

	Nome do Município	Quantidade de famílias assentadas	Posicionamento no Ranking de acesso a recursos do PRONAF o estado de São Paulo entre 2013 e 2016	Número de contratos no município	Valor total	Valor médio dos contratos
46	SÃO CARLOS	95	257	137	R\$ 4.738.141,14	R\$ 34.584,97
47	COLÔMBIA	94	456	106	R\$ 1.536.995,34	R\$ 14.499,96
48	MOJI-MIRIM	90	29	460	R\$ 18.081.797,52	R\$ 39.308,26
49	PIQUEROBI	84	103	425	R\$ 9.736.220,01	R\$ 22.908,75
50	PORTO FELIZ	83	107	336	R\$ 9.441.700,47	R\$ 28.100,30
51	BEBEDOURO	82	305	105	R\$ 3.775.402,40	R\$ 35.956,21
52	SERRA AZUL	79	464	41	R\$ 1.412.010,14	R\$ 34.439,27
53	APIAÍ	78	47	511	R\$ 15.317.526,64	R\$ 29.975,59
54	AMERICANA	66	520	40	R\$ 820.136,36	R\$ 20.503,41
55	INDIAPORÃ	66	70	435	R\$ 12.500.675,66	R\$ 28.737,19
56	FRANCO DA ROCHA	65	605	10	R\$ 95.808,67	R\$ 9.580,87
57	SUMARÉ	65	398	82	R\$ 2.222.427,16	R\$ 27.102,77
58	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	63	289	102	R\$ 4.083.996,40	R\$ 40.039,18
59	NOVA INDEPENDÊNCIA	60	527	33	R\$ 763.110,71	R\$ 23.124,57
60	ELDORADO	59	267	235	R\$ 4.565.419,01	R\$ 19.427,31
61	PRESIDENTE ALVES	57	298	109	R\$ 3.917.827,00	R\$ 35.943,37
62	TAUBATÉ	57	152	264	R\$ 7.670.292,62	R\$ 29.054,14
63	UBATUBA	51	494	24	R\$ 1.056.903,47	R\$ 44.037,64
64	BOREBI	50	489	54	R\$ 1.132.638,13	R\$ 20.974,78
65	IPEÚNA	47	165	199	R\$ 7.147.037,35	R\$ 35.914,76
66	BIRIGUI	46	128	268	R\$ 8.507.788,25	R\$ 31.745,48
67	JABOTICABAL	46	522	16	R\$ 791.373,77	R\$ 49.460,86
68	PITANGUEIRAS	43	511	39	R\$ 846.510,79	R\$ 21.705,40
69	GETULINA	37	233	259	R\$ 5.194.624,80	R\$ 20.056,47
70	PAULISTÂNIA	37	538	28	R\$ 593.809,22	R\$ 21.207,47
71	JUNQUEIRÓPOLIS	36	39	598	R\$ 16.881.128,02	R\$ 28.229,31
72	BIRITIBA-MIRIM	35	114	277	R\$ 9.327.912,79	R\$ 33.674,78
73	TURMALINA	35	99	351	R\$ 10.153.731,04	R\$ 28.928,01
74	AVARÉ	33	361	82	R\$ 2.784.776,78	R\$ 33.960,69
75	IEPÉ	33	167	186	R\$ 6.980.286,13	R\$ 37.528,42
76	CAJAMAR	31	604	16	R\$ 100.006,50	R\$ 6.250,41
77	TUPI PAULISTA	31	84	376	R\$ 11.575.887,40	R\$ 30.786,93
78	BATATAIS	30	154	244	R\$ 7.551.088,56	R\$ 30.947,08
79	BOCAINA	29	491	36	R\$ 1.113.146,85	R\$ 30.920,75
80	JOÃO RAMALHO	27	203	146	R\$ 5.972.704,10	R\$ 40.908,93
81	PIRATININGA	26	322	118	R\$ 3.495.367,41	R\$ 29.621,76
82	CASA BRANCA	23	71	391	R\$ 12.388.479,05	R\$ 31.684,09
83	BREJO ALEGRE	22	486	59	R\$ 1.162.348,18	R\$ 19.700,82
84	CORDEIRÓPOLIS	21	331	106	R\$ 3.363.124,05	R\$ 31.727,59
85	CACONDE	20	3	2.027	R\$ 55.449.794,79	R\$ 27.355,60
86	MATÃO	17	354	99	R\$ 2.917.514,98	R\$ 29.469,85
87	PIRAJUI	17	76	352	R\$ 12.003.465,46	R\$ 34.100,75
88	MIRACATU	13	335	217	R\$ 3.283.326,17	R\$ 15.130,54
89	ORLÂNDIA	13	598	6	R\$ 164.141,50	R\$ 27.356,92
90	CAMPINAS	12	97	235	R\$ 10.251.701,31	R\$ 43.624,26
91	ITANHAÉM	5	326	231	R\$ 3.437.695,10	R\$ 14.881,80
92	CAFELÂNDIA	3	447	69	R\$ 1.710.562,30	R\$ 24.790,76

Fonte: Banco Central, 2017 Elaboração das autoras.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

AQUINO, J. R. de. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. Porto Alegre-RS, **Anais...**, Cd-rom.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro** – Políticas Públicas. Jaguariúna: Embrapa, volume 4, pg. 93-116, 2000.

BRASIL. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

CARDOSO, J. G., MUNIZ, A. L. P. e NASCIMENTO, C. A. Potencialidades e desafios dos apoios financeiros alternativos para a agricultura familiar por meio das compras governamentais: o caso do PAA e do PNAE. In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2012. Vitória, **Anais...**, Cd-rom.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2013). **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Fatores de sucesso ou insucesso**. Brasília: IPEA.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 51, n. 1, jan/mar, 2013. p. 45-68.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun. 2007.

MATTEI, L. et. al. Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. **Anais...** In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina-PR: UEL, 2007.

MÜLLER, A. L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 2010, 30 p. **Relatório de Consultoria**.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. ; BERGAMASCO, S. M. P. P. . Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do Circuito das Frutas-SP. **Extensão Rural (Santa Maria)**, v. 22, p. 9-35, 2015.